



Apontamentos sobre as territorialidades zapatistas

Notas sobre las territorialidades zapatistas

Renata Ferreira da Silveira
Doutoranda em Geografia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
renatafsilveira@gmail.com

Resumo

O presente artigo busca contribuir com as pesquisas voltadas para os movimentos anti-sistêmicos na América Latina a partir da abordagem territorial no campo do saber da Geografia. Para isso, partimos dos zapatistas e de suas territorialidades, sugerindo que estas se conformam a partir da sua organização, do processo histórico na construção da autonomia.

Palavras-chave: território; territorialidades; zapatistas; EZLN; autonomia

Resumen

Este trabajo pretende contribuir a la investigación de los movimientos anti-sistémicos en América Latina desde el enfoque territorial en el campo del conocimiento de la geografía. Así, se parte de los y las zapatistas y su territorialidad, lo que sugiere que estos es parte de su organización, del proceso histórico en la construcción de la autonomía.

Palavras-chave: território; territorialidades; zapatistas; EZLN; autonomia

Sobre Geografia e geo-grafias.

Sabe-se que existem diversas pesquisas relacionadas às dinâmicas de movimentos sociais, associações comunitárias, movimentos globais contra hegemônicos, entre tantas investigações acadêmicas qualificadas e referenciadas dentro e fora das ciências sociais, que vão desde as especificidades até as construções mais amplas, em torno de alternativas que contribuem na discussão teórica a partir da perspectiva crítica. Na Geografia, uma ampla produção acadêmica voltada para os estudos de análises territoriais tornou-se tema de diversas investigações, buscando abordar a espacialidade existente nas sociabilidades e territorialidades autônomas e heterônomas, perpassando por diversos olhares e escalas do ambiente urbano, agrário, geopolítico, cultural.

Partimos do pressuposto que os e as protagonistas destes ambientes são dinâmicos e territorializados e é a dinâmica, o movimento, que traz transformações na história (tempo) e na geografia (espaço). Essas transformações não ficam somente no plano social e temporal, mas “grafam” fortemente no plano territorial, onde sua forma de gerir e articular são fundamentais para o caráter de resistência (SILVEIRA, 2010, p. 56). Assim, é possível sugerir que o fortalecimento dos territórios é retroalimentado pela luta cotidiana dos indígenas, quilombolas, caiçaras, camponeses, desempregados da cidade, sem-teto, ribeirinhos, etc.

Os debates em torno do conceito de território na área do conhecimento da Geografia vêm se modificando entre seus principais teóricos e teóricas, de acordo com as mudanças sociais em diversas escalas e tempos, no aspecto político, econômico, cultural, simbólico, material, relacional, estrutural. Conseqüentemente, com as mudanças na concepção de território, agregam-se novas caracterizações espaciais em que já não servem somente como caracterizador limites e fronteiras do Estado-nação, da concepção histórica do território como espacialização do patriotismo, mas sim se constituindo através das mais diferentes vertentes e funções, possibilitando um objetivo específico para a sua construção ou simplesmente emergir enquanto *locus* de diferentes objetivos e culturas.

É dizer, a construção epistemológica do território e do espaço geográfico se modifica, torna-se conceito apropriado e aplicado na e pela ciência como categoria de análise a medida em que fenômenos sociais e processos históricos demandam uma determinada compreensão e conjuntura. Porto Gonçalves faz esta análise afirmando:

O território não é simplesmente uma substância que contém recursos naturais e uma população (demografia) e, assim, estão dados os elementos para constituir um Estado. O território é uma categoria espessa que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação – territorialização – enseja identidades – territorialidades - que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial, uma tipologia social (Bordieu, 1989). [...] A sociedade se territorializa sendo o território sua condição de existência material. É preciso recuperar essa dimensão material, sobretudo nesse momento como o que vivemos em que se dá cada vez mais importância a dimensão simbólica, quase sempre de modo unilateral, como se o simbólico se opusesse ao material. (PORTO GONÇALVES, 2002, p.229)

Seguindo o diálogo e retomando que o território não é somente caracterizador ou um delimitador espacial do Estado, corrobora-se, portanto, que este se origina em um período histórico em que toda a produção do conhecimento estava voltada para afirmação do Estado e da manutenção do Poder a partir do sistema-mundo-moderno colonial, resultado e resultando em uma determinada geografia política. Esta

reorganiza o espaço, em suas múltiplas escalas, a partir da expansão do sistema capitalista, cada vez mais complexo e excludente e, contraditoriamente, desta reorganização espacial emergem novas formas de organização, também complexas, oriundas de povos excluídos, em espaços e tempos diferentes, inclusive excluídos e excluídas da formação do arcabouço teórico científico, portanto, territórios e territorialidades excluídas, mas que sempre existiram e re-existiram.

É possível afirmar, então, que “o território é um espaço definido e delimitado por e partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 78) em diferentes contextos históricos relacionais. Neste sentido, apontar o olhar para os e as zapatistas significa buscar compreender como essas relações de poder se constroem, configuram, organizam territórios, forjam territorialidades. Assim, estas territorialidades redefinem escalas, redes, lugares, geopolíticas, ou seja, geo-grafias, para além da conceituação de território resguardado em uma Geografia Política de pilares eurocêntricos, mas a partir da compreensão das relações capitalistas e coloniais, onde a disputa territorial sempre existiu, é componente da história, da territorialização do Império, do Estado Moderno, ao avanço das grandes corporações, do neoliberalismo, da sociedade de consumo, etc.

Considerando que os territórios permeiam entre as relações e as manifestações de quem os constroem, o aspecto político é fundamental para a dimensão da territorialidade. Sack (1986), ao afirmar a dimensão estritamente política da territorialidade, sanciona que está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. Logo, por ser política, a territorialidade se coloca como componente do poder e não “apenas um meio para criar e manter a ordem, mas uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado” (SACK, 1986, p. 219). Haesbaert (2004), agrega que para além das relações políticas, a territorialidade diz respeito ao significado de lugar através da incorporação que os sujeitos em relação ao espaço, aos significados e insígnias grafados no âmbito cultural e subjetivo.

Se as relações de poder são intrínsecas ao território e todas as relações sócio espaciais, a não dicotomização entre a dimensão material e simbólica se torna precedente. A apropriação do território, o sentido político e cultural dado criam novas estratégias de resistências, não a partir de um conceito concebido, mas buscar as geo-grafias, “nessa imbricação de escalas onde novas territorialidades devem ser buscadas. Mais do que a geografia estamos diante de geo-grafias, enfim, do desafio geo-grafar nossas vidas, nosso planeta, conformando novos territórios, novas territorialidades” (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 247).

A mirada zapatista

Dotados de uma carga mítica, os e as zapatistas são mundialmente conhecidos e conhecidas. A imagem de um homem ou de uma mulher com um *pasamontaña*¹ e um *paliacate*² não está tão distante e remete, sempre, a um movimento indígena mexicano que causou/causa uma certa inquietação nas esferas de poder e, inclusive, nos setores de esquerda e governos progressistas. Porém, caracterizar como “inquietação” seria subestimar a história dos e das zapatistas, assim como a influência e a referência política para os movimentos sociais e setores de esquerda autônomos na América Latina e no mundo, indígenas ou não, do campo ou da cidade, das fábricas ou das ruas.

Os anos 80 marcaram uma década de conclusões de processos políticos que vinham desde o final da Segunda Guerra Mundial (ou até antes), processos que envolviam as extremidades ideológicas da controversa Guerra Fria, os movimentos de emancipação das mulheres, cultural, sindical, negro, étnico, o Maio de 1968, etc. Ao mesmo, a resposta mais que imediata em tempos de ditadura vinha revestida pela violenta repressão do Estado. O mesmo México que presenciou a revolução mexicana liderada por Emiliano Zapata, vivenciaria um dos maiores massacres ligados à repressão militar aos movimentos de massa que reivindicavam pautas colocadas por estudantes e pelas bases mexicanas: o massacre de 2 de outubro de 1968, na Praça Três Culturas, na cidade de Tlatelolco, onde centenas de mexicanos e mexicanas foram assassinados, o que também, no campo político, provocou uma ruptura no interior da esquerda onde[...] parte das lideranças se integra ao sistema, outra se engaja em movimentos sociais urbanos ou camponeses, funda novos partidos de esquerda, enquanto alguns dos antigos líderes optam pela guerrilha urbana (GENNARI, 2005, p. 20).

Esta reconfiguração dos setores de esquerda resultou na articulação e fundação, em 6 de agosto de 1969, das Forças de Libertação Nacional - FLN, grupo guerrilheiro de caráter indígena-maoísta com reivindicações voltadas, principalmente, à reforma agrária. Porém, a alta repressão do Estado e as divergências ideológicas internas levaram à crescente desarticulação da frente, o que resultou em um grupo de cinco guerrilheiros e uma guerrilheira de origem indígena que decidiram viver nos ambientes de selva das montanhas do estado de Chiapas.

Lá estabeleceram-se nas comunidades maias, com as quais passaram a articular a formação de um movimento de novo perfil. Assim, em 17 de novembro de 1983 era fundada a organização clandestina

1 Balaclava, gorro que cobre completamente a cabeça de quem o veste, deixando apenas os olhos descobertos.

2 Lenço ornamental, com motivos maias, utilizado sobre os ombros ou cobrindo o rosto.

indígena, de caráter militar, o Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN. Do período de clandestinidade até a aparição pública e levante armado em 1994, a sobrevivência do grupo de agentes do EZLN, de acordo com seu principal porta-voz, o Subcomandante Insurgente Marcos (2013) foi dividido em cinco etapas. Resumidamente, estas etapas foram os períodos de construção e transformação do EZLN reduzido em número, puramente militar e ideologicamente maoísta (e ainda com referência urbana), em um movimento que foi se moldando à racionalidade indígena e incorporando um modelo de organização territorial do qual novas territorialidades vão emergir a partir da cultura e da memória indígena dos grupos étnicos do Estado de Chiapas.³

A aparição pública do EZLN em 1º de janeiro de 1994 e o *Ya Basta!* marcam a saída da condição de clandestinidade, não por coincidência, este foi o dia em que o Estado do México comemorava a entrada oficial no Tratado de Livre Comércio - TLC. Esta se torna então uma das imagens mais marcantes em qualquer retrospectiva que remeta ao pós-Guerra Fria no que diz respeito à política e aos movimentos sociais contemporâneos: milhares de homens e mulheres, jovens, idosos e crianças, marchando armados e com os rostos encapuzados nas cidades de San Cristobal de Casas, Altamirando, Huixtán, Ocosingo, Las Margaritas, Oxchuc e Chanal. Na sede de cada governo municipal ocupada, os zapatistas leram a Primeira Declaração da Selva Lacandona, um dos primeiros documentos públicos zapatistas e que vão dar sequência em outras cinco declarações.

A tática, na época, para os zapatistas foi reafirmar o papel da Constituição como documento legitimador dos direitos indígenas em meio ao avanço das políticas neoliberais do Estado mexicano. Era, portanto, uma reivindicação através do Estado e uma solicitação de diálogo (ainda que a guerra tenha sido declarada) utilizando, inclusive, o estatuto de cidadania mexicana, orientada, principalmente, pela memória de Emiliano Zapata.

As relações geopolíticas, tanto no diálogo entre os Estados nacionais, até as relações de movimentos sociais e partidos políticos de esquerda em nível internacional, resultou na criação da Coordenação das Organizações Civis pela Paz e, posteriormente, na criação da Comissão Nacional de Intermediação - CONAI. Os primeiros vinte dias que decorreram a partir do levante levaram os e as

³ Curiosamente, este período de clandestinidade (1983-1993) ainda não é considerado como fator indispensável das diversas análises e pesquisas referentes ao zapatismo. As pesquisas geralmente dão cargo à análise tática do zapatismo perante à conjuntura política mexicana e/ou a forma de organização dos Caracóis, porém, desconsidera como momento fundamental da construção da autonomia zapatista a partir da construção da concepção da racionalidade indígena no que se refere à autonomia territorial e a perda de força do caráter militar zapatista, já acenando para o trânsito de movimento guerrilheiro para movimento político-civil (assumidamente em 2005 e 2006, com a Sexta Declaração da Selva Lacandona e a Outra Campanha).

zapatistas ao desafio de pleitear o apoio da opinião pública que, mesmo dividida, não aceitava a guerra civil e o massacre proporcionado pelo Estado. No dia 12 de janeiro daquele ano, dezenas de milhares de pessoas marcharam em protesto na Cidade do México para exigir o cessar-fogo. Este momento foi crucial para os zapatistas repensarem o diálogo com a sociedade civil. A partir daí, surgem dezenas de documentos, declarações, comunicados, convocatórias, livros e eventos que cumpriam o papel de diálogo político com a sociedade civil mexicana e internacional.

Após seis meses foi lançado o segundo documento com as posições políticas, aspirações e próximos passos dos zapatistas. As declarações ganharam o tom de documento oficial e buscavam, então, trazer o caráter de debate com a sociedade nacional e internacional e não mais somente de negociação com o Estado. O debate sobre autonomia ganha corpo entre os zapatistas. Entre os pontos levantados na declaração, consideravam que “o supremo governo usurpou” também a legalidade que foi resultado da Revolução Mexicana e que “a Constituição que rege o país já não representa a vontade popular dos mexicanos”, completando que “é necessária uma nova lei para a nossa nova pátria que nascerá das lutas de todos os mexicanos honestos” (EZLN, 1994, s/p) e ressaltando ainda que serão necessárias todas as formas de luta para garantir a viabilidade desta transição.

A estratégia colocada agora não apostava mais nas negociações com o Estado e sim na consolidação das comunidades zapatistas, na construção do caráter político do EZLN para além do caráter militar. Além disso, colocavam a posição de que disputar a legalidade constitucional não contribuía para a conquista de uma das principais consignas dos zapatistas: liberdade, democracia e justiça.

Todavia, a segunda declaração, assim como as demais entrevistas e documentos deste período, colocava ainda a perspectiva de que uma nova cultura política vinda dos zapatistas traria, conseqüentemente, uma nova cultura para os partidos políticos. Buscava-se a despolarização de um cenário político dominado pelo PRI e pelo Partido Acción Nacional (PAN), abrindo um novo campo social para novos partidos se manifestarem- a partir da conclamação da sociedade civil para Convenção Nacional Democrática – CND:

Nos dirigimos aos nossos irmãos das organizações não governamentais, das organizações não camponesas e indígenas, trabalhadores do campo e da cidade, professores e estudantes, donas de casa e colonos, artistas e intelectuais, membros dos partidos independentes, mexicanos: os chamamos para um diálogo nacional sobre o tema da Democracia, Liberdade e Justiça. Por isso, estamos lançando este convite para a realização de uma Convenção Nacional Democrática. (EZLN, 1994, s/p)

A CND teria então a missão de convocar um plebiscito popular onde a população mexicana seria

consultada e decidiria sobre o regime de governo que regeria o México, parlamentarismo ou presidencialismo, e qual a linha ideológica que sustentaria este novo sistema:

Nascerá uma nova política. Dentro desta nova relação política, as diferentes propostas de rumo e de sistema (socialismo, capitalismo, socialdemocracia, liberalismo, democracia cristã, etc.) deverão convencer a maioria da nação que sua proposta é a melhor para o país. [...] Eles também serão vigiados por este país que estão governando, de tal forma que permite realizar a confrontação poder x partido político x nação e merece um lugar de destaque na Constituição do país. A legislação mexicana é demasiado estreita para estas novas relações políticas entre governantes e governados. Faz-se necessária uma CND da qual emane um governo provisório ou de transição, seja através da renúncia do Executivo federal ou através da via eleitoral. (EZLN, 1994, s/p)

A proposta da CND era reflexo da conjuntura política mexicana para além da relação Estado *versus* EZLN, convertendo-se também em tática de reconstrução do Estado a partir da participação da sociedade civil, numa plataforma propositiva e não apenas de diálogo, como vinha acontecendo, o que expunha a organização indígena zapatista tanto no aspecto militar, como no político e nas relações comunitárias.⁴ Se o caráter da CND, de acordo com o EZLN, era o de criar uma via pacífica de diálogo conduzido por setores populares mexicanos, pequenos partidos, organizações e coletivos, sua extinção se deu, previsivelmente, pelas disputas internas entre as correntes ideológicas e pela sobreposição de agendas partidárias sobre as decisões da CND, o que incapacitou a tentativa de construção de uma frente ampla de oposição que superasse a organização partidária.

O relato mais minucioso do surgimento da CND se justifica por dois aspectos: 1) é o primeiro chamado público de organização paralela ao governo e de exposição da organização comunitária zapatista no âmbito internacional, resultando no fortalecimento da imagem política e simbólica do EZLN, assim como na formação espontânea de uma rede de solidariedade internacional; 2) este episódio colocou em debate interno no EZLN a relação dos zapatistas com qualquer partido político.

Aguacalientes, os MAREZ e o trajeto para a autonomia

Ainda que a CND tenha fracassado em seus propósitos fundantes, é reconhecido que, entre idas e vindas, ela abriu caminhos para o EZLN. A projeção pública da conferência trouxe visibilidade nacional e internacional para as propostas zapatistas, ou pelo menos para o rascunho delas, pois, nos mesmos dias

⁴

A CND teve duração de cinco dias (de 5 a 9 de agosto de 1994), e contou com a participação de “cerca de 7 mil pessoas de todos os Estados do México, além de centenas de observadores internacionais e representantes dos meios de comunicação, (que) responderam à convocação zapatista” (GENNARI, 2005, p. 53).

em que acontecia a conferência, foi anunciado o primeiro *Aguascalientes*.

Os *Aguascalientes* foram territórios constituídos para ser a sede das atividades político-culturais promovidas pelos zapatistas⁵, assim como do diálogo e da articulação do movimento com a sociedade civil nacional e internacional, movimentos sociais, partidos, imprensa, etc. Foram constituídos cinco *Aguascalientes* em cinco municípios: La Realidad, Oventic, La Garrucha, Morelia e Roberto Barrios. Com os *Aguascalientes*, o EZLN põe fim ao cerco militar e anuncia o maior de resultado do seu processo de ordenamento territorial, os 32 Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ).

Estes municípios abriram seus registros de nascimento, casamento, escolas, etc. Em sua organicidade eram decididos os representantes para o *Consejo Municipal Autonomo*. Havia um presidente, vice, secretário, ministro de assuntos agrários, comitê de saúde, justiça, educação, etc, onde nenhum recebia salário (ALONSO, 2015, p. 185).

Para o governo, o anúncio destes territórios mais ou menos autogestionados, mais ou menos afinados ideologicamente, significou uma intensa afronta ao Estado e, novamente, o PRI colocou os *Aguascalientes* e os MAREZ sob ataque das Forças Armadas Nacionais, mesmo com o fim do cerco militar zapatista. Porém, esta decisão política do PRI gerou grande repercussão pública e desencadeou diversas manifestações nacionais e internacionais em solidariedade aos zapatistas. Na sequência dos fatos e com medo da opinião pública, o Estado, através do poder legislativo, interveio com a aprovação da “Lei para o diálogo, a conciliação e a paz digna em Chiapas” (BRANCALEONE, 2012, p. 261). Com o apoio de parte da população e sob os olhos atentos da sociedade civil, após quatro meses de negociações, o EZLN e o governo assinam em fevereiro de 1996 os *Acordos de San Andres*. De acordo com Brancaleone,

[...] o governo e o EZLN assinaram um documento onde constavam os seguintes compromissos: o reconhecimento, como garantia constitucional, do direito de autodeterminação dos povos indígenas (especialmente levando em conta o fato do México ser signatário da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho)⁶; a realização de reformas legais e constitucionais visando ampliar a participação e

5

Por exemplo, o Fórum Nacional Indígena, o Encontro Nacional de Comitês Cívicos para o Diálogo Nacional, o Fórum Especial para a Reforma de Estado, o Primeiro Encontro Americano contra o Neoliberalismo e pela Humanidade e o Primeiro Encontro Intergaláctico.

6

Aprovada em junho de 1989, a Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho, conhecida como Convenção nº 169, é um dos principais documentos de referência no que diz respeito aos direitos coletivos dessas comunidades, versando, em especial, sobre a questão do direito à autogestão autônoma em seus territórios ancestrais.

representação política local e nacional dos povos indígenas, conformando um novo federalismo; a garantia do acesso pleno dos povos indígenas aos instrumentos jurídicos do Estado, e sua adaptação às suas especificidades culturais e seus sistemas normativos internos (BRANCALEONE, 2012, p. 262)

Porém, os Acordos não foram executados pelo governo mexicano. Ao contrário, ao passo que o governo ignorava os diálogos, diferentes estratégias de enfraquecimento político e de isolamento social eram adotadas contra o EZLN: forças paramilitares instigadas e acobertadas pelo próprio governo) - alguns setores mais discretos do exército, forças civis armadas - protagonizavam massacres contra populações indígenas, que viam, ao mesmo tempo, seus protestos criminalizados. Essas estratégias fizeram que, além do abatimento do EZLN, surgisse uma nova postura do movimento em relação aos acordos firmados com os partidos políticos⁷ e o fortalecimento da sua organização territorial própria através dos *Aguacalientes* e MAREZ. Estes também representaram, além de agrupamentos maiores de referência para os MAREZ, uma articulação espacial de territórios descontínuos onde “*comenzaron a expresar la posibilidad de materializar espacialmente los ideales libertários de justicia y democracia, en un despliegue territorial de regiones autônomas pluri-étnicas*” (ITZU LUNA, 2013, p. 117). A autonomia passava a ser, então, a base de princípios e ações na totalidade do movimento.

A configuração dos MAREZ enquanto território político também se amparava, no aspecto jurídico, na implantação de um conjunto de leis, tais como as "Leis Revolucionárias Zapatistas", a "Lei Revolucionária Indígena" e a "Lei Revolucionária das Mulheres". Híbridizavam-se formas de governo comunitárias tradicionais, de herança maia, com referências mais inovadoras, como a lei das mulheres, o uso intenso de estratégias e tecnologias de comunicação e as relações com organizações não-indígenas.

De 2001 até 2003 foram registradas 82 denúncias de violência contra as comunidades zapatistas, sendo que em 2002 aumentaram as ações de paramilitares contra as bases do movimento (ALONSO, 2015). A decisão dos zapatistas foi, diante da violência e da repressão, emitirem comunicados e declarações através do Subcomandante Insurgente Marcos dizendo que adotariam as resoluções do acordo de San Andres (ainda que) unilateralmente. Acreditava-se que em meados de 2003 os zapatistas estavam enfraquecidos, tinham perdido forças devido aos ataques do Estado e dos paramilitares. Mas ao contrário,

7

A conjuntura, porém, era igualmente desfavorável ao PRI que, junto ao desgaste com as populações indígenas, sofria acusações (e comprovações) de perseguição política, assassinato e corrupção, que resultaram na eleição do candidato de extrema direita Vicente Fox (Partido Ação Nacional - PAN) para presidente do país. Fox afirmava ser portador de uma política de “diálogo”, e “[...] de fato, em 2001, enviaria ao Congresso um projeto de lei ‘minimalista’ que contemplava alguns dos pontos exigidos pelos zapatistas” (BRANCALEONE, 2012, p. 264).

o movimento estava, na verdade, amadurecendo e criando novas estratégias dentro das relações de poder.

Este foi um período de reorganização territorial. O ponto de partida para esta reorganização foi o fato de que a proposta era de os *Aguascalientes* serem espaços de comunicação entre a sociedade civil, organizações nacionais e internacionais com os zapatistas. Porém, na avaliação do EZLN, o desenvolvimento das comunidades era desigual: haviam comunidades mais desenvolvidas que as outras, e as que estavam "em vantagem" eram as que estavam mais próximas da sociedade civil, com mais acesso aos meios de comunicação, à informação, etc (ALONSO, 2015). Assim, decidiu-se por fim aos *Aguascalientes*, já que estes não possuíam mais o sentido que se propusera outrora, de espaços de troca de saberes e de desenvolvimento da autonomia para as comunidades zapatistas de forma minimamente homogênea.

Os Caracóis e as Juntas de Bom Governo

Enquanto o EZLN guardava um período de silêncio em sua relação com a sociedade civil, os municípios rebeldes foram trabalhando cada vez mais a cultura de resistência e autonomia, forjando territorialidades a partir da escala local/municipal e da sua organicidade. Em 10 de agosto de 2003 foram inaugurados os Caracóis Zapatistas e as Juntas de Bom Governo (JBG)⁸ com a função de serem “*puertas para entrar las comunidades y para que las comunidades salieran*”. Ser “*como la boca para sacar lejos su palabra y escuchar la del lejos este*” (SUBCOMANDANTE MARCOS, 2013, p. 15)

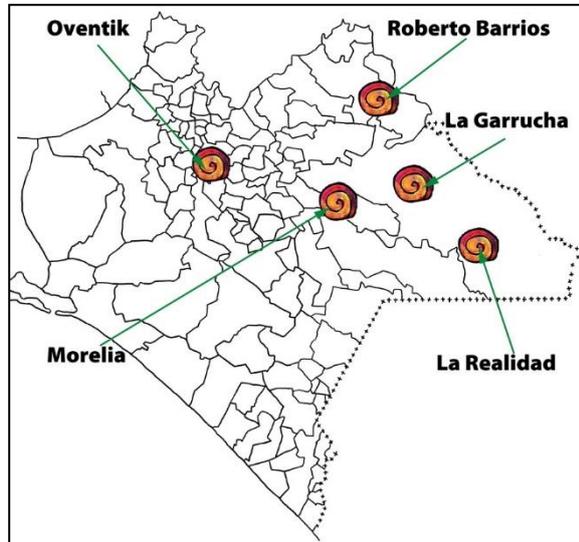
La propuesta zapatista era organizar, en vez de los Aguascalientes, los llamados caracoles, nombre de la sede del territorio geográfico que regirían cinco Juntas de Buen Gobierno en los municipios autónomos. (...) se encerraba una pedagogía del zapatismo hacia la sociedad civil. Ante la negativa del estado mexicano de dar pleno reconocimiento a los derechos indígenas y hacer realidad legislativa los acuerdos de San Andrés, los zapatistas anunciaban que harían realidad esos acuerdos en la practica diaria. De hecho, de esta misma forma habían ido consolidando lentamente sus municipios autónomos.” (Alonso, 2015, p. 208)

E cada Caracol passou a ter novo nome, com outras simbologias: Caracol 1- La Realidad: Madre de los caracoles del mar de nuestros sueños; Caracol 2 – Morelia: Torbellino de nuestras palabras; Caracol 3 – La Garrucha: Resistencia hasta un nuevo amanecer; Caracol 4 – Roberto Barrios: El caracol que habla para todos; Caracol 5 – Oventic: Resistencia y rebeldía por la humanidad.

8

Ressalta-se que para a festa de inauguração dos Caracóis não foram convidados nenhum partido político ou órgão governamental.

Mapa dos Caracois Zapatistas



Entre os esclarecimentos feitos para os novos territórios rebeldes estavam:

O EZLN não deveria ser a voz dos que mandam (...) por que o zapatismo era a voz dos de baixo, dos governados; o EZLN tinha a missão de defender os MAREZ e as Juntas de Bom Governo; os MAREZ e JBG deveriam recorrer às forças milicianas do EZLN para auxiliar no governo dos territórios rebeldes. Tinham que governar recorrendo à razão e não à força; o papel do exército é para defender e não para governar (SUBCOMANDANTE MARCOS, 2013, p. 25).

A autonomia se materializava como projeto político em construção na medida em que efetivamente o território se coloca na dimensão relacional, abarcando o projeto político autônomo de longo prazo, descaracterizando o poder bélico como principal referência de organização.

As Juntas de Bom Governo se tornaram o primeiro órgão formal de administração dos municípios autônomos, assumindo também novas funções, de acordo com este novo ordenamento territorial, entre elas: ser ponte entre as comunidades e o mundo; mandar obedecendo; mediar conflitos e violações dos direitos humanos; vigiar e apoiar os projetos e tarefas comunitárias; estar atentos ao cumprimento das leis zapatistas; guiar as visitas aos caracóis; promover projetos construtivos; instalar acampamentos de paz. Assim como nos caracóis, as JBG escolheram cinco nomes, eleitos pelos conselhos autônomos: 1 – *Hacia la esperanza*; 2 – *Corazón del arco-íris y de la esperanza*; 3 – *Camino del futuro*; 4 – *Nueva semilla que va a producir*; 5 – *Corazón céntrico de los zapatistas*.

As Juntas de Bom Governo, os Caracóis e a reaparição do EZLN com uma postura cada vez mais política em relação ao movimento originalmente bélico-militar, exigiu novas leituras de diversos setores da sociedade e do Estado mexicano, partidos políticos, setores da igreja, organizações não governamentais, etc. Mas, sobretudo, reergueu e rearticulou o movimento indígena mexicano sob a bandeira da autonomia:

Después de la reaparición del EZLN, 75 organizaciones indígenas de todo el país se reunieron en Chiapas. Defendieron los procesos de autonomía que se estaban ensayando y argumentaron (...) la autonomía era la alternativa. Hicieron su Plan Zapatista Reali-ti. El Consejo Guerrerense Indígena se puso a estudiar los Caracoles. En Veracruz (...) intencionaron crear JBG. Comunidades indígenas de Michoacán anunciaron que formarían 18 municipios autónomos. (...) veían las JBG como un excelente instrumento de democracia popular. Y algunos sindicatos ligados a la Convergencia Sindical y Social apoyaron la autonomía zapatista. (ALONSO, 2015, p. 185).

Estas novas instâncias definiram novos planos e decisões de funcionamento e organicidade, ressaltando a autonomia zapatista, que não implicava em “fragmentar” ou criar um movimento separatista no México, mas sim o direito de se autogovernar, reafirmando a identidade mexicana e indígena.

Trata-se, portanto, de sujeitos que exercem seu poder – e, obviamente, territórios – através da resistência expressa também pela sua forma de organização em relação ao poder instituído e estabelecido através de estratégias de controle e dominação. Evidentemente que a forma de organização, enquanto estratégia nas relações de poder.

Ao mesmo tempo, viu-se crescer com bastante coerência e firmeza o uso do conceito “autonomia” pelos zapatistas a partir da formação de territórios autônomos, articulados, que hoje se chamam Caracois. Neste contexto o EZLN se coloca hoje como uma das principais referências na luta anticapitalista, influenciando movimentos sociais em escala mundial, sem perder a identidade indígena, ao contrário, defendendo esta identidade, sem assumir nenhuma ideologia sectária e, inclusive, não negociando mais com “*los partidistas*”, mas aprendendo com os erros “y con sus rebeldias”.

A primeira coisa que vimos é que nosso coração já não é como era antes, quando começamos nossa luta, mas sim que é maior porque já tocamos o coração de muita gente boa. E também vimos que o nosso coração está mais ferido. E não é que está ferido pelos enganos que os maus governos nos fizeram, mas sim por que quando tocamos também nossas dores. Ou seja, foi como vermo-nos num espelho (EZLN, 2005, s/p).

Seguindo este caminho os e as zapatistas vem assumindo uma geo-grafia de diferentes tempos e

espaços que contribuem para o debate que toda a transformação social, revolucionária é, necessariamente, geográfica.

As territorialidades de uma geo-grafia

A emergência dos movimentos indígenas na década de 80 e 90, especialmente na América Latina, ressignificou o conceito de território, não a partir da produção teórica/científica e tão pouco pela alteridade do Estado, mas sim a partir das suas lutas pela autonomia e sua própria relação conflituosa com o Estado e com a ascensão neoliberal. Raul Zibecchi contextualiza a relação terra/território onde afirma que “*La Declaracion de Quito (1990) hace hincapié em que ‘el derecho al territorio es una demanda fundamental de los pueblos indigenas’*”, e conclui “*sin autogobierno índio y sin control de nuestros territorios no puede existir autonomia*” (ZIBECHI, 2008, p. 22).

Compreende-se como constituintes das territorialidades zapatistas, elementos fundamentais como a história de luta por território a partir do legado da Revolução Mexicana, como elemento da formação da identidade indígena e zapatista. Forjaram-se no caráter da luta emancipatória, mesmo que muitas vezes subjugada à lógica heterônoma da coordenação de organizações/movimentos sociais da própria esquerda institucional, cooptados (inclusive na dimensão ideológica) pelo Estado. É interessante observar que, enquanto “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território “unifuncional” proposto pela lógica capitalista hegemônica (HAESBAERT, 2008, p. 20).

A identidade zapatista se torna elemento fundamental e balizador, assim como horizonte em suas táticas. Recontróem e ressignificam lugares, desde a perspectiva dos Caracois e a criação dos MAREZ, que também representou a territorialização da luta pela autodeterminação dos povos indígenas no México, com toda sua representatividade material e simbólica para a história da luta zapatista.

Outro ponto importante, é que a partir do surgimento do EZLN se aposta na necessidade de estabelecer uma ruptura aos antigos modelos de movimentos sociais, sem perder o caráter político, social e ideológico.

Hoje é possível defrontarmos-nos com a emergência de matrizes de racionalidades outras tecidas a partir de outros modos de agir, pensar e sentir, seja na América Latina, na África, na Ásia, entre segmentos sociais não-ocidentais nos Estados Unidos, no Canadá e até mesmo na Europa, com diversas populações indígenas e de afrodescendentes, que clamam por se afirmar diante de um mundo que se acreditou superior porque baseado num conhecimento científico universal (imperial) que colonizou o pensamento científico em todo o mundo desqualificando outras formas de conhecimento. (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 220)

A autonomia está sendo construída nos territórios zapatistas, nos movimentos anti-sistêmicos, da sua multiterritorialidade e da sua territorialidade como componente de estratégia e imbricado em escalas, lugares, paisagens e geografias.

Bibliografia

- ALONSO S, Jorge, ALONSO R., Carlos. En busca de la libertad de los de abajo: La demoeleuthería. 1 ed. Guadalajara, Mexico. Ed. Universidad de Guadalajara, 2015.
- BRANCALEONE, C. Sobre o significado da experiência zapatista de autogoverno. 2012. 358 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- GENNARI, Emilio. EZLN: passos de uma rebeldia. 1 ed. São Paulo. Ed. Expressão Popular, 2015.
- HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: Heidrich, A; Costa, B.; Pires, C.; Ueda, V. (Org.). A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço. 1ed. Porto Alegre. Ed da ULBRA e Ed. da UFRGS, 2008, p. 19-36.
- ITZU LUNA, D. El arco-íris terrestre como universal possible desde el zapatismo. Revista Argumentos, Xochimilco, México, a. 26, n. 73, set/dez 2013.
- PORTO-GOLÇALVES, C.W. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, A, E.; SADER, E. (org). La Guerra Infinita: Hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales - CLACSO, 2002.
- SILVEIRA, Renata Ferreira da. Autogestão e Geografia: os territórios no viés das resistências. 2011. 108 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- SOUZA, Marcelo J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (org). Geografia: conceitos e temas. 5ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.77 – 116.
- SUBCOMANDANTE MARCOS. Entrevista sobre los Orígenes del Ejército Zapatista de Liberación Nacional. In: Revista Contrahistórias: a otra mirada del clio. Año 10, Segunda serie, nº 20, Marzo – Agosto de 2013.
- ZIBECHI, Raul. Autonomias y emancipaciones: América Latina em movimento. Lima. Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales, 2007.

Textos e documentos virtuais consultados

EZLN (1994): Primeira e Segunda Declaração da Selva Lacandona

Disponível em: <<https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo/04lacandona.htm>>

Acesso em agosto de 2016.

EZLN (: Sexta Declaração da Selva Lacandona –

Disponível em: < <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/sdsl-pt/>>

Acesso em agosto de 2016

Figura 1: Mapa dos Caracois Zapatistas

Disponível em: < <http://www.cedoz.org/site/content.php?cat=20>>

Acesso em setembro 2016